



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000391-96.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 2ª Vara da Família da comarca de Blumenau

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 10/2016-CGJ

Período da correição: 25-4-2016 a 27-6-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Assessora Correicional: Veruska Maluf



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Blumenau.

Unidade: 2ª Vara da Família.

Municípios integrantes: Blumenau.

Juiz titular: Edson Marcos de Mendonça.

Chefe de cartório: Fernando Marcelino Francisco.

Última correição por equipe da CGJ/SC: 20-5-2013 a 5-7-2013. Autos n. 0010617-68.2013.8.24.0600 (Correição Presencial).

Competência: **Resolução n. 3/2005 – TJ**: "Art. 1º Em decorrência desta Resolução: [...] III – na comarca de Blumenau: a) cria-se a 2ª Vara da Família, com competência privativa para processar e julgar inventários e partilhas de bens – em que todas as partes sejam capazes – e causas provenientes desses feitos; b) transforma-se a atual Vara da Família e Órfãos em 1ª Vara da Família, com competência privativa para processar e julgar inventários e partilhas de bens – em que haja interesse de incapazes, ausentes e interditos – e causas provenientes desses feitos; c) as demais atribuições previstas nos arts. 96 a 98 do CDOJESC serão exercidas por distribuição;"

Resolução n. 14/2011 – TJ: "[...] Art. 4º Os inventários e partilhas de bens em que haja interesse de incapazes, ausentes e interditos, e causas provenientes desses feitos, serão distribuídos igualmente entre a 1ª e 2ª Varas da Família da comarca de Blumenau, inclusive os processos atualmente em tramitação na 1ª Vara da Família".

Resolução nº 06/2012 - TJ: "Art. 1º Além das atribuições previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso III do art. 1º da Resolução n. 3/2005–TJ, de 1º de junho de 2005, e no art. 4º da Resolução n. 14/2011–TJ, de 4 de maio de 2011, os Juízos de Direito da 1ª e 2ª Varas da Família da comarca de Blumenau terão competência concorrente para processar e julgar todos os feitos decorrentes da Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992, bem como cumprir cartas de ordem e cartas precatórias relacionadas a essas ações. Parágrafo único. Os processos referidos no caput deste artigo, em tramitação na Vara da Fazenda Pública, Executivos Fiscais, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos da comarca de Blumenau, serão redistribuídos igualmente entre os Juízos de Direito da 1ª e 2ª Varas da Família".

Entrância: Especial.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.455
1.1.2	Processos em andamento	2.352
1.1.3	Procedimentos em andamento	103
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.648
1.2.2	Processos em andamento	1.545
1.2.3	Procedimentos em andamento	103
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

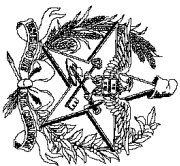
	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	141	126	267
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 27-7-2016 (fl. 47).				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	2.287	191
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.284	190
1.4.3	Janeiro a junho de 2016	1.506	251
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			

1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos e documentos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	57
Família – Processo		
1.5.1.1	Ag. Análise do Cartório	2
1.5.1.2	Ag. Audiência	2
1.5.1.3	Ag. Digitalização	2
1.5.1.4	Ag. Encerramento do Ato	26
1.5.1.5	Ag. Prazo	8



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

fls. 55

1.5.1.6	Ag. Prisão	6	
1.5.1.7	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	4	
1.5.1.8	Cumprir Audiência	6	
1.5.1.9	Recebido do Juiz – Decisão	1	



1.5.2	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 27-7-2016.</p> <p>b) Na data de 28-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 391 processos na fila. O mais antigo data de 14-3-2016.</p> <p>b.2) Ag. Análise – Recursos: não existem processos na fila.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 5 processos na fila. O mais antigo data de 19-7-2016.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz.</p> <p>Recebido do Juiz – Despacho: existem 12 processos na fila. O mais antigo data de 19-7-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Decisão: existem 10 processos na fila. O mais antigo data de 25-7-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Sentença: existem 7 processos na fila. O mais antigo data de 25-7-2016.</p> <p>b.5) Escrivão: existem 25 processos na fila. O mais antigo data de 10-6-2016.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência, respectivamente, de 7 e 1 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. [REDACTED], n. [REDACTED], n. [REDACTED], n. [REDACTED] e n. [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que nos 2 primeiros processos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ), e nos 3 últimos há apenas decisão determinando o arquivamento do feito (TODOS OS CINCO SÃO SEGREDO DE JUSTIÇA).</p> <p>b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. [REDACTED], n. [REDACTED], n. [REDACTED], n. [REDACTED] e n. [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que apenas nos 2 últimos processos há decisão determinando a suspensão do feito (TODOS OS CINCO SÃO SEGREDO DE JUSTIÇA).</p> <p>Fila Petição intermediária</p> <p>b.9) Ag. Análise – Juntada Automática: existem 34 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 19-7-2016.</p> <p>b.10) Ag. Análise – Petições Diversas: existem 10 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 27-7-2016.</p>



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	76	24
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		2,60%	0,82%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016 (fl. 12). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fl. 40). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		600	19
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		3	0
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		58	94
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		Não se aplica	Não se aplica
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		Não se aplica	Não se aplica
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 18 e 19-4-2016 (fls. 13-18) a.1) Item 1.6.2: embora o relatório não se aplique à unidade em razão da competência, no programa inspeção virtual foram localizados 46 processos ativos com a classe "Guarda" e 2 com a classe "Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador", em tese relativas à competência da Infância e Juventude (fls. 13-14). O relatório foi encaminhado à unidade e as orientações para os ajustes foram repassadas por contato telefônico na data de 25-4-2016. a.2) Item 1.6.5: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). A planilha indica a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido na Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 27-7-2016 (fls. 39, 42-44) b.1) Item 1.6.2: embora o relatório não se aplique à unidade em razão da competência, no programa inspeção virtual foram localizados 2 processos ativos com a classe "Guarda" e 1 com a classe "Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador", em tese relativas à competência da Infância e Juventude (fl. 41). b.2) Item 1.6.5: dados do mês de maio de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). A planilha indica a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido na Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		87	0
	Peticionamento eletrônico		17	0
	Mandados		2	0
	AR		19	0
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fl. 20).				
b) Segunda verificação em 27-7-2016.				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	3	5
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fl. 21).				
b) Segunda verificação em 27-7-2016 (fl. 45).				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)				
1.6.11.1	Ministério Público	57	0	23	2
1.6.11.2	Serviço Social	28	13	23	10
1.6.11.3	Observações				
a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fl. 22).					
b) Segunda verificação em 27-7-2016 (fl. 46).					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	231		223	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz (Edson Marcos de Mendonça – titular)	91	1	113	5
1.6.12.2	Juíza (Cláudia Inês Maestri Meyer)	1	1	1	0
1.6.12.3	Juiz (José Adilson Bittencourt Júnior)	0	0	12	0
1.6.12.4	Contadoria	21	0	2	0
1.6.12.5	Distribuição	6	6	0	0
1.6.12.6	Ministério Público	21	0	17	0
1.6.12.7	Serviço Social	10	9	8	3
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.8	Advogado	70	9	49	4
1.6.12.9	Defensoria Pública	11	0	20	0
1.6.12.10	Perito	0	0	1	0
1.6.12.11	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016 (fl. 23). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fl. 47). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	0	0	0	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	0	0	0	0
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	7	0	8	0
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	0	0	0	0
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	187	28	215	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	27	4	23	1
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	30	8	105	2
1.6.13.8	Cartório – arquivar	12	5	17	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	1	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	27	10	10	0
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	0	0	1	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	11	0	0	0
1.6.13.14	Cartório – prazo 1 a 31	89	13	127	5
1.6.13.15	Cartório – mesa do escrivão	21	9	10	1
1.6.13.16	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.13.17	Cartório – mesa 01 a 10	5	4	3	1
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.18	Cartório – cumprir despacho	27	15	10	1
1.6.13.19	Cartório – cumprir despacho urgente	2	0	1	0
1.6.13.20	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.13.21	Cartório – expedir correspondência	91	46	56	36
1.6.13.22	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir formal	0	0	1	0
1.6.13.24	Cartório – expedir mandado	394	225	133	47
1.6.13.25	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.26	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – aguardando petição	5	0	14	0
1.6.13.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.29	Observações				
	a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fls. 24-25). b) Segunda verificação em 27-7-2016 (fls. 48-49). c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		0	0
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.7.8	Observações			
	a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 27-7-2016.			
1.7.9	Réu preso	Provisório	0	0
		Definitivo	2	2
1.7.9.1	Réu preso - total		2	2
1.7.9.2	Observações			
	a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fl. 26). b) Segunda verificação em 27-7-2016 (fl. 50).			



1.7.10	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento.	Não se aplica	Não se aplica
1.7.11	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em situação de baixa.	Não se aplica	Não se aplica
1.7.12	Armas e munições cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento (Circular n.144/2015).	Não se aplica	Não se aplica
1.7.13	Observações		
Não se aplica em face da competência da unidade.			

1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Não se aplica	Não se aplica
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.8.5	Observações			
Não se aplica em face da competência da unidade.				



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não se aplica	Não se aplica
1.9.1.1	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 29 de julho de 2016.

Débora Zitta
Assessora Técnica Correicional – Mat. 5.701

Veruska Maluf
Assessora Correicional – Mat. 17.068